

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

CSC - TM
Sindicalismo com consciência de classe

Abril de 2007

SINDICALISMO COM CONSCIÊNCIA DE CLASSE CSC-TM

Uma luta de classes aguda, complexa e multifacetada

As lutas de classes contemporâneas revelam-se agudas, complexas e multifacetadas. Agudas, porque os conflitos sociais são de tal maneira intensos que não há, no horizonte futuro, qualquer sinal de que os interesses do mundo trabalho e os do capital possam encontrar algum tipo de abrandamento em seu antagonismo histórico. Ou seja, ou o movimento sindical se prepara para embates cada vez mais duros, ou será derrotado em seus objetivos imediatos e estratégicos.

A complexidade das lutas de classes revela-se pelas manobras diversionistas que tentam impor mais dificuldades à explicitação dos antagonismos e os interesses irreconciliáveis entre burguesia e proletariado. O que significa que a mistificação das próprias lutas de classes ainda dificulta a ação contra-hegemônica.

E tais antagonismos aparecem multifacetados porque ocorrem na forma de atos extremados do fundamentalismo religioso, de supostas ações anti-terroristas promovidas pelo terrorismo de estado, de ações e movimentos ecológicos, de gênero, de defesa dos direitos de etnias etc. Assim, a contradição entre a produção social e a apropriação privada destas das riquezas humanas ainda está longe de ser percebida em sua essencialidade e colocar na ordem do dia a mobilização direta pelo fim da propriedade privada e pelo controle social dos meios de produção. Porém, cabe ao mundo do trabalho, também na sua frente sindical, indicar de forma persistente o declínio histórico de um sistema baseado na exploração e na opressão de uma minoria sobre a ampla maioria do planeta e se preparar grandes embates.

I. Conjuntura Internacional

A nova agenda da segurança global

A estratégia dos Estados Unidos elevou o unilateralismo da política externa a um novo patamar e alimentou o seu perfil militarista, belicista e agressivo. No período pós-atentados o Estado norte-americano passou a se envolver em múltiplas ações de força em diversas regiões do Planeta.

O determinante desta mudança não foram os atentados em si, e sim a reação global deflagrada pelo Estado norte-americano. Esta reação marca uma inflexão fundamental na evolução da ordem mundial neste início de Século XXI, que volta a ter a sua agenda dominada por ações unilaterais de força e coerção, em detrimento do sistema de segurança coletiva consagrado na Organização das Nações Unidas ao fim da Segunda Guerra. O resultado é uma perigosa escalada de violência e instabilidade em todo o sistema internacional.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 forneceram o pretexto para o atual Presidente George Bush (filho) elevar a um novo patamar esta "opção preferencial" pelo unilateralismo e pelo recurso a uma política de força e coação abertas.

Com base nesta nova orientação, a "guerra global contra o terrorismo" foi transformada no tema dominante da política externa dos Estados Unidos. Por mais que a ameaça à segurança do território norte-americano fosse creditada a uma força terrorista transnacional que opera globalmente, os alvos da sua retaliação militar foram absolutamente "territorializados", visando desarticular estruturas de poder que estariam alimentando as ações terroristas. Ou seja, objetivos geopolíticos de controle de território pela força continuam ditando a agenda de

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

segurança dos Estados Unidos.

O eixo estruturador desta nova agenda é impedir, a todo custo, a consolidação de centros de poder que possam vir a ameaçar a condição de única superpotência do sistema internacional alcançada pelos Estados Unidos ao término da Guerra Fria, ou servir de obstáculo para a realização dos seus interesses em distintas regiões do mundo. Segundo a nova orientação estratégica, o Estado norte-americano deve estar preparado para recorrer a todos os instrumentos de força à sua disposição para a consecução desses objetivos, inclusive a utilização ofensiva de armas nucleares.

A nova doutrina em ação

Colocada em operação plena a partir dos atentados de onze de setembro de 2001, a nova doutrina estratégica norte-americana aprofundou a opção unilateralista da sua política externa, que já havia se tornado prevalente ao longo dos anos '90. Além da sua tradicional oposição à ratificação do Tribunal Penal Internacional, os Estados Unidos se recusaram a assinar o Protocolo de Kyoto de proteção ambiental e se retiraram da Conferência da ONU sobre o Racismo realizada na África do Sul. No que concerne aos acordos internacionais de controle de armamentos, o governo Bush se negou a endossar o Instrumento de Verificação do Protocolo de Armas Biológicas e o Protocolo sobre Minas Terrestres, além de romper com o Tratado de Mísseis Anti-Balísticos (ABM) - a espinha dorsal dos acordos de contenção da corrida armamentista, firmados com a antiga União Soviética nos anos '70.

No período pós-atentados o Estado norte-americano passou a se envolver em múltiplas ações de força em diversas regiões do Planeta, em nome da "guerra global contra o terrorismo".

As principais iniciativas foram, sem dúvida, as guerras deflagradas no Afeganistão e no Iraque, onde as tropas de ocupação dos Estados Unidos e seus aliados enfrentam uma situação cada vez mais difícil.

Esta ação vem sendo seguida pelas ameaças reiteradas contra os países identificados pelo Presidente Bush como integrantes de um "eixo do mal". Ainda no Oriente Médio, o governo dos EUA deu carta branca à política terrorista de Israel.

Na América Latina, além de manter o bloqueio e as hostilidades contra Cuba, vêm ampliando a sua atuação militar na Colômbia, enquanto na Venezuela, participaram, e continuam participando das articulações golpistas para romper a ordem constitucional e derrubar o presidente democraticamente eleito, Hugo Chávez.

Em todas essas iniciativas, a ação do Estado norte-americano se caracteriza pelo recurso aberto à intimidação, à força e à violência para a conquista simultânea de variados objetivos geopolíticos, entre os quais se destaca a desarticulação de pólos de poder potencialmente hostis aos seus interesses em diferentes regiões do mundo.

A nova escalada intervencionista

No plano doméstico, a nova agenda intervencionista dos Estados Unidos se traduz em uma impressionante escalada de medidas de proteção da sua economia e das suas empresas, que entram em flagrante contradição com o seu discurso oficial de defesa do "livre comércio".

Com o fracasso na tentativa de impor a ALCA aos países da América Latina o governo estadunidense parte para a assinatura de acordos bilaterais que, em casos extremos, como o do Equador, eliminam até a moeda nacional, impondo o dólar como única moeda, até a abertura alfandegária que elimina qualquer possibilidade de industrialização e de autonomia da economia dos países.

A esta escalada antiliberal na economia correspondeu um movimento de restrição dos direitos

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

e liberdades civis sem precedentes na sociedade norte-americana, pelo menos desde os tempos do macarthismo. Na seqüência dos atentados, o governo dos Estados Unidos aprovou um novo plano de Segurança Nacional que passou a autorizar a violação de correspondência e comunicação privadas, bem como o encarceramento prolongado de cidadãos estrangeiros em condições de incomunicabilidade, mesmo sem indícios fortes de culpa. Cabe destacar, igualmente, o recurso a tribunais militares para julgar cidadãos estrangeiros acusados de terrorismo, e a recusa a aplicar os termos da Convenção de Genebra aos combatentes talibãs e do Al Qaeda presos no Afeganistão e transferidos para a base militar de Guantanamo.

A vitória da oposição do partido democrata pouco modifica esta situação, excetuando-se as diferenças de visão na tática de condução da situação do Iraque, onde o número crescente de mortes na tropa de ocupação deixa em choque a sociedade estadunidense.

Uma conjuntura instável

Os últimos anos têm testemunhado uma situação em que a correlação de forças internacional tem se demonstrado fluida e em mudança. De um lado, presenciamos a ofensiva sem precedentes do militarismo imperialista norte-americano sob comando de Bush Filho que, dando seqüência à escalada agressiva pós-11 de setembro invadiu o Iraque sob o pretexto de combate ao terrorismo, mas com o claro propósito de afirmar sua pretensa condição de “única superpotência” mundial e apoderar-se das reservas estratégicas de petróleo.

Contudo, Bush contou com enorme resistência. Primeiro, enfrentou a mobilização dos movimentos anti-guerra, que tomaram as principais cidades do mundo.. Assim como na guerra do Vietnã, as manifestações tem sido um fator de enorme importância para enfraquecer a política militarista e de agressão do imperialismo norte-americano.

A resistência iraquiana constitui um importante freio para as ações imperialistas e assim, os EUA de Bush não pode assumir uma postura mais agressiva diante de uma Coréia do Norte que desenvolve suas armas nucleares, de um Irã que o desafia ou de governos latino-americanos que o enfrentam abertamente. E tal situação se torna ainda mais grave diante da inesperada vitória do Hamas nas eleições palestinas, estabelecendo uma situação de recrudescimento das tensões no Oriente Médio.

Se o Iraque representa a “pedra no sapato”, o freio que hoje cerceia as ações do Imperialismo norte-americano, é na América Latina que está o centro mundial da resistência ao neoliberalismo e ao imperialismo norte-americano.

As eleições de Lula, Chavez, Kirchner, Tabaré Vasquez, Michelle Bachelet, Evo Morales e Rafael Correa expressam eleitoralmente, de modo desigual, porém combinado, a oposição dos povos latino-americanos às políticas neoliberais que tantas mazelas sociais geraram nas últimas décadas, e que se expressaram em diversas lutas, mobilizações e revoltas populares que conseguiram destituir governos anti-populares e neoliberais.

A crise do neoliberalismo expressa a situação de crise estrutural do capitalismo, não apenas nos seus elos periféricos, mas inclusive no núcleo do sistema capitalista mundial, onde ocorreu nas últimas décadas uma queda nas taxas médias de crescimento dos lucros, numa clara manifestação da lei tendencial à queda da taxa de lucros. A resposta capitalista tem sido, no plano econômico, a combinação de desenvolvimento tecnológico e aumento do capital constante, com deterioração do trabalho, salários mais baixos e um nível de desemprego jamais visto. Porém, esses mesmos “remédios” aprofundam a doença, pois tais medidas ao aumentarem a composição orgânica do capital geram e ampliam as condições que aprofundam a crise.

A não ser que apareça um outro "Consenso de Washington" mais substantivo e com

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

alternativas inéditas, é praticamente impossível que o capital ofereça à humanidade uma alternativa de resolução dos impasses contemporâneos à acumulação burguesa, como já ocorreu no passado. Alternativa esta que garantiria um "longo" período de prosperidade, semelhante ao ocorrido após a II Guerra Mundial até meados da década de 70. Foram quase 40 anos de relativa estabilidade e expansão, com significativa capacidade de controle das crises e dos conflitos que ocorriam.

Esse período sucedeu a cerca de três décadas de intensos conflitos em nível de mundo que, em linhas bem gerais, teve as seguintes "soluções": a derrota dos gigantescos movimentos dos trabalhadores que polarizavam com a burguesia européia, a redivisão geopolítica do globo, a criação da ONU, a definição de um novo sistema monetário para o mundo, o fortalecimento dos estados nacionais para investimento em infra-estrutura, a adoção de políticas de financiamentos e empréstimos dos países centrais aos periféricos, o incentivo à indústria armamentista (como medida de prevenção ao "perigo vermelho" e às ameaças à segurança nacional dos países satélites da civilização ocidental-cristã). Isso fez com que, por exemplo, um conflito como do Vietnã, se revestisse de uma funcionalidade positiva ao sistema do capital, como um todo. Alguém pode imaginar as repercussões de um conflito daquelas proporções ocorrendo nas atuais circunstâncias?

A resistência popular às políticas neoliberais ao redor do mundo, a oposição à ocupação iraquiana, o combate às tentativas de novas agressões militares, a luta por melhores condições de vida e em defesa dos direitos dos trabalhadores, a luta pela reversão das políticas privatizantes e mercantilistas implementadas pelas políticas neoliberais ao longo dos últimos anos, contra as políticas das organizações financeiras multilaterais e as tentativas do capitalismo de mercantilizar e se apoderar dos bens comuns e recursos naturais, são lutas que se articulam e que devem ter como foco e alvo a derrota do capitalismo neoliberal e do imperialismo.

O Quadro Econômico-Financeiro Internacional

O déficit crescente dos EUA - para financiar um modelo econômico insustentável, onde 5% da população mundial consome 40% da energia produzida no mundo - construíram uma monstruosa máquina que suga capitais do mundo todo, a uma média de mais de 1,5 bilhão de dólares/dia. A estagnação é uma regra quase que geral em todo mundo. O Japão patina em uma estagnação de quase uma década. A Europa tem sistematicamente apresentado desenvolvimento próximo do zero. A África agoniza na miséria crescente e os demais países dependentes se vêem às voltas com dívidas crescentes e o agravamento da crise social. Não por acaso apenas a China e Índia e poucos outros, que se recusaram ao enquadramento compulsório do receituário do FMI e demais agências internacionais controladas pelo imperialismo norte-americano, apresentam crescimento acima da faixa de 9% / ano.

II. CONJUNTURA NACIONAL

A década de 1990 foi de ofensiva do neoliberalismo em nosso país. Após o colapso financeiro do início de 1999, a nossa economia passou a ser monitorada pelo FMI, que garantiu a tranquilidade dos credores internacionais.

Em 2002 ocorreu o fato mais importante da vida republicana de nosso País pois, com a eleição de Lula, pela primeira vez chegou à presidência alguém que fugiu das alternativas rotineiras das elites: uma coligação de centro-esquerda venceu a eleição com uma proposta de atacar a monstruosa exclusão social de nosso País. Entretanto, no final de 2002 o País se encontrava falido, com previsão de explosão inflacionária.

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

Em 2003, todas as forças derrotadas na eleição de Lula apostavam no desmoronamento do novo governo em 6 meses e na incapacidade do governo liderado por um "analfabeto" retirar o Brasil do atoleiro que as políticas neoliberais levaram o país. No entanto, uma política monetária extremamente rígida conseguiu desarmar as armadilhas deixadas pelo governo anterior, inclusive a dos mais de 60 bilhões de dólares de dívidas a serem pagos nos primeiros 60 dias do governo Lula.

O custo social foi extremamente elevado. A situação continua crítica, com o nível de desemprego rondando a casa dos 20% da População Economicamente Ativa (PEA), um alto grau de dependência e vulnerabilidade econômica e juros extremamente elevados inviabilizam qualquer possibilidade de atividade econômica produtiva.

Com a reeleição de Lula, é fundamental a formação de um governo de coalizão, de sentido anti-neoliberal, que seja capaz de coesionar as forças progressistas do País no avanço de uma política de crescimento e desenvolvimento econômico e social. Que retire o Brasil do marasmo econômico, que já perdura por mais de 20 anos, para reverter o processo de concentração de renda e perdas salariais e de condições de trabalho.

Ou se muda esta situação, ou se tornará inviável qualquer perspectiva de crescimento sustentado da economia. Em boa medida, os dilemas vividos hoje pela nação brasileira remontam a Collor e FHC, que aqui aplicaram, com canina fidelidade, os preceitos do neoliberalismo,

A política macroeconômica do primeiro governo Lula preservou os altos juros e a orientação que levou a um crescimento econômico pífio, sustentado pelo crescimento das exportações originárias do agronegócio.

A conjuntura atual exige do movimento social o mais alto grau de mobilização e participação, pois apenas a plena participação popular criará um ambiente favorável ao avanço e à consolidação do governo Lula como agente de transformação da realidade social.

Se as dificuldades são enormes consideramos fundamental que o governo não se deixe imobilizar. O governo de Luiz Inácio Lula da Silva entra em seu segundo mandato lançando um plano de crescimento que somente terá sentido se significar um sólido desenvolvimento industrial e uma redução severa da exclusão social. Este novo plano tem que significar um novo projeto de país, e não apenas responder às questões urgentes impostas pelo momento.

O Brasil vem amargando, desde 1980, situações difíceis, que aprofundam o fosso social e a dependência em relação às potências internacionais e estancam o nosso desenvolvimento econômico. O governo Lula foi eleito e reeleito com o compromisso de, levando em conta a soberania, a democracia e a inclusão social, retomar o desenvolvimento nos níveis que o país requer.

O grande desafio é adotar nova orientação, novo projeto cujos eixos sejam soberania, desenvolvimento, emprego e distribuição de renda.

O PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O anúncio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foi uma sinalização positiva neste início de um novo mandato, mas que já enfrenta uma guerra da mídia privada e, contraditoriamente, da diretoria do BC. Vejamos. Pretende inverter a linha, adotada até agora, de se realizar o ajuste através de cortes de gastos correntes, preservando despesas financeiras, o que não traz benefícios para a economia. O Plano, corretamente, busca recolocar a questão do planejamento nas mãos do poder público, na definição das prioridades e na articulação do setor público e privado, dando maior centralidade ao papel do Estado, sem ser estatizante. Objetiva sacrificar juros, para investir mais e incentivar a economia, mas já

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

enfrenta o boicote do BC em sua primeira reunião do ano, que reduziu os juros em somente 0,25 %, explicitando a contradição no interior do governo. Será preciso aprofundar as metas sociais do PAC, corrigir seus problemas, para aperfeiçoá-lo, e pressionar pela implementação das medidas, exigindo o fim da independência do Banco Central, subordinando ao Plano de Aceleração do Crescimento. Caso o BC não pare de atuar contra, o Plano pode ser inviabilizado. Mesmo tendo dobrado os investimentos que vinham sendo praticados até agora. **A utilização de recursos do FGTS deve ser analisada com cuidado para que não haja perdas de recursos para os trabalhadores.**

Sair da defensiva

A luta de classes no Brasil se expressará, com maior vigor, nas disputas por um projeto popular para o Brasil. Passa, necessariamente, por apresentação de propostas que incidam, nos projetos em disputa. Qualquer desprezo por essa condição, independentemente do discurso com pretensões revolucionárias, poderá enfraquecer o mundo do trabalho em seu pronunciamento na conjuntura. E tal pronunciamento é muito complexo, já que a dinâmica do mundo do trabalho e, dentro dele, do movimento sindical, é distinta das iniciativas das coligações partidárias e de seu modo de se dirigir à sociedade. Encontrar o ponto de equilíbrio da dialética que sustentará um correto posicionamento na evolução da conjuntura e a necessária autonomia de suas instâncias é o maior desafio da Fenadados e da própria CUT. Por outro, diante de uma situação inédita, de um governo liderado por uma personalidade diretamente saída do mundo do trabalho, a CUT adotou posturas pouco ofensivas e mobilizadoras para uma pressão legítima sobre o Planalto. Sair dessa postura de defensiva é condição de sobrevivência da própria Central.

Três diretrizes para um posicionamento sobre o governo Lula

O balanço dos avanços alcançados, em seu primeiro mandato, já o colocam como muito superior aos 8 anos de FHC. Ou seja, o governo Lula, está além de qualquer governo que já passou pelo poder central. Esta é a primeira diretriz. A segunda considera que o governo Lula está aquém das possibilidades da conjuntura, exatamente porque optou por um tipo de macroeconomia de curto prazo limitante e conservadora. Ou seja, as políticas de juros altos, a reiteração de superávites primários em prejuízo dos necessários investimentos, e os superávites comerciais tendo como lastro a exportação de produtos com baixo valor agregado, impediram um desenvolvimento mais ousado e sustentável de nossa economia. A terceira diretriz afirma que este governo não foi, e não seria capaz mesmo, num período de um mandato, de resgatar uma dívida social de 500 anos.

O correto apoio à reeleição de Lula

O congresso da CUT indicou, claramente, o apoio da Central à candidatura Lula, sem prejuízo do diálogo com outras candidaturas à esquerda e sem que tal indicação signifique algum tipo de centralização burocrática de dirigentes e entidades de base. Este apoio político parte da constatação de, naquela conjuntura, a polarização já estava dada. De um lado, a candidatura Lula, a partir de um governo ambíguo e contraditório. De outro, a possibilidade que se apresentou mais forte foi o retorno da coalizão tucano-pefelista. E, diante da referida polarização, qualquer dúvida teria sido desastrosa para o mundo do trabalho. As demais alternativas à esquerda, carentes de uma elaboração estratégica referenciada na disputa contra-hegemônica e se apresentando como depositárias da “volta às origens do PT”, desconhecendo as características mais intrínsecas da formação social e econômica brasileira,

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

professando, ora um neo-keynesianismo de esquerda, ora um economicismo rudimentar, essas alternativas praticamente não conseguiram polarizar na conjuntura.

O governo Lula é ambíguo e contraditório. É governo que desenvolveu duas políticas de relações internacionais diferenciadas. Reuniões inéditas de países em desenvolvimento no mundo, críticos à hegemonia do G-8, e uma nova relação entre os países da América Latina são a marca positiva do atual governo brasileiro, em termos de diplomacia. Por outro lado, não se pode dizer que nossa política internacional junto aos “mercados” não representam um paradoxo, em relação ao exposto anteriormente. Potencializaram-se as políticas de reforma agrária, ao mesmo tempo deixaram o Ministério da Agricultura nas mãos de um legítimo representante do latifúndio. A infra-estrutura do país, foi abandonada pela pressão da busca de superávites fiscais, dentro da rigidez das receitas do FMI, gerando uma lacuna que deverá ser coberta, para que a economia possa retomar uma trajetória de crescimento significativo. Porém, tal ambigüidade ainda abre novas perspectivas de polarização que não podem ser desprezadas pelo mundo do trabalho. Eis porque foi necessário evitar o retrocesso que representaria a volta da coalizão tucano-pefelista ao Palácio do Planalto.

ESTRATÉGIA : uma ordem instável

A crise do neoliberalismo é evidente. Milhões de pessoas, diante dos resultados escabrosos das políticas neoliberais, têm se levantado no mundo todo e manifestado a sua oposição. O mesmo ocorre no Brasil: aqui milhões de pessoas vem se mobilizando há tempos contra as políticas do Consenso de Washington. O governo Lula vem realizando, embora com dificuldades, contradições e tropeços, um movimento de superação da velha herança neoliberal no rumo de um governo voltado prioritariamente não aos interesses do mercado, mas aos interesses da maioria da sociedade.

O “velho” ainda não morreu, mas o “novo” está sendo gestado por políticas que priorizam a inclusão social de milhões das cidades e dos campos, por políticas públicas que buscam integrar e dar dignidade aos que nunca tiveram voz. A gestação do “novo”, nas condições assumidas pelo governo Lula, revelaram extremas dificuldades e teve que enfrentar a ofensiva da grande mídia e da direita que, durante todo o ano de 2005/2006, promoveu uma das campanhas mais duras já vistas nos últimos tempos. E, a isso se somam os equívocos já assinalados na política macroeconômica, cujas consequências impossibilitaram maiores avanços. Mas para a surpresa de muitos, mas não nossa, as pesquisas de opinião demonstraram que as classes populares, exatamente a massa de trabalhadores empregados ou desempregados, apóiam o presidente Lula e desejaram a sua reeleição.

Estamos no início de um novo período. Não será como outro qualquer. Será um em que a Nação Brasileira estará diante de uma encruzilhada entre avançar na gestação do “novo” ou abortar esse processo e retroceder à política reacionária neoliberal tucana, como ficou clareado durante o segundo turno das eleições. Estará em disputa projetos de Nação antagônicos.

A Fenadados, a CUT e as forças progressistas da sociedade brasileira deverão encarar a mobilização e construção do projeto popular para o Brasil o foco principal da intervenção neste novo período, intervindo politicamente em cada situação particular na disputa de projetos políticos.

Travar uma luta contra o projeto neoliberal

Serão momentos em que o embate de idéias e de valores terá um peso central. As elites tentarão evitar um confronto mais global de projetos, buscarão amesquinhar os debates políticos, reduzindo-os ao jogo dos mercados.

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

A nossa intervenção deve demonstrar exatamente a diferença essencial entre esses projetos. Mais do que as realizações do governo Lula em defesa do desenvolvimento, como o PAC e da inclusão social – que devem ser defendidas de maneira firme, devemos explicitar o movimento de transição e de superação representado pelas políticas do governo Lula.

Nessa disputa, repetimos, o confronto de idéias e de valores será essencial. O combate ao neoliberalismo e seus valores deve ser realizado de maneira contundente, estabelecendo como contraponto os valores da solidariedade de classe e do socialismo, sinalizando de maneira inequívoca que um segundo mandato não pode ser uma mera continuidade do primeiro, mas estabelecerá um momento superior, em que predominará uma política fundamentada na defesa da soberania nacional, do desenvolvimento alicerçado na inclusão social e nas necessidades sociais. O PAC, com todos os seus problemas - que devem ser criticados - e a suspensão das PPPs das rodovias federais, representam uma sinalização positiva no início do segundo mandato. No entanto, o governo mantém leilões de poços de petróleo e implanta um modelo de TV digital que favorece os capitalistas do setor.

Essa disputa contra-hegemônica deve ser feita amplamente, abarcando todos os setores, todos os temas, desde a política econômica, políticas sociais, meio ambiente, gênero e luta anti-racista, procurando conquistar os corações e mentes de milhões para um projeto de transformação. É preciso um movimento que se transforme em força social e política ativa, uma força alicerçada num projeto transformador, capaz de dar sustentação e impulsionar as mudanças necessárias no nosso país.

Iniciar a construção de um novo bloco histórico

O primeiro mandato Lula transcorreu em condições históricas peculiares e em uma situação marcada por uma correlação de forças desfavorável. E isso se refletiu não apenas no caráter transitório de sua política, mas na própria composição do governo e na sua base de apoio. Diante desse quadro era inviável a constituição de um bloco histórico claro e definido em torno de um projeto de Nação condizente com os interesses da classe trabalhadora e demais setores excluídos.

A grave crise política, somada à ofensiva da direita, embora não tenha conseguido nos derrotar, semeou confusão e gerou crises. É nossa tarefa reconstituir e ampliar a base de apoio de massas, construindo um bloco histórico que aglutine todos os setores e forças sociais e políticas da sociedade civil na luta contra o neoliberalismo e em torno de um projeto alternativo para o país. Esta é uma questão chave para nós.

Sabemos que o segundo mandato do Presidente Lula não será menos contraditório que o mandato finalizado. Esta conjuntura exigirá, cada vez mais, a pressão das mobilizações e movimentos que tenham força suficiente para fazer valer seus interesses e projetos.

A correlação de forças do segundo mandato não está, todavia, estabelecida. Dependerá exclusivamente da capacidade que tenhamos de soldar uma unidade dos movimentos sociais em torno de um projeto democrático e popular de claro corte anti-neoliberal. E essa unidade deve ser construída a partir de agora, demonstrando que os explorados e oprimidos deste país querem avanços que significam, necessariamente, contrariar os interesses das elites econômicas. Devemos, em outras palavras, constituir um arco de alianças dos setores democráticos e populares que será a base de um novo bloco histórico transformador, que aponta, luta e tensiona no sentido da ruptura.

Contamos já com instrumentos fundamentais para essa tarefa, como a CMS e a Assembléia Popular, que cumpriram um papel importante durante estes anos. Fortalecê-las é imprescindível, mas buscando transformá-la num pólo real de articulação política com força de

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

mobilização de massas, capaz de ser a coluna vertebral desse novo bloco histórico. Mas se um bloco histórico não pode ser construído simplesmente a partir de questões imediatistas, tampouco pode, nas atuais circunstâncias, expressar um projeto histórico-político acabado. É um bloco histórico em construção, alicerçado inicialmente na luta contra o neoliberalismo e seus valores, na defesa dos interesses históricos das classes trabalhadoras e dos demais setores explorados e oprimidos, nos valores da solidariedade de classes.

Exigir transparência e agilidade no judiciário

A entrada em cena do Conselho Nacional de Justiça trouxe também para centro das atenções o debate sobre o controle social do judiciário. Não só em termos de gastos, mas também em termos de celeridade nos julgamentos em geral. O movimento sindical não pode ficar indiferente a isso. E não só no que diz respeito ao direito do trabalho. Mas, também em relação às várias esferas que tratam de crimes do colarinho branco, crimes ambientais, lavagem de dinheiro, fraudes no sistema financeiro, contrabando, tráfico de drogas e de armas que, na maior parte dos casos, tem como principais agentes, notórios filhos da burguesia e da pequena burguesia no país. A justiça é “lenta”, não apenas por problemas operacionais, mas por razões políticas e ideológicas. É preciso desmistificar, portanto, a suposta condição de neutralidade do poder judiciário, exigindo não só maior transparência, mas também maior acessibilidade aos processos por parte da sociedade civil.

Fortalecer as teias da sociedade civil, na perspectiva de uma nova idéia de representação social

O estado e seus mecanismos de representação seletiva da sociedade mostram seus limites estruturais. Para contribuirmos numa transição a um novo tipo de sociabilidade é preciso se assuma uma posição de vanguarda na afirmação de outros espaços de representação social, cobrando dos governantes o reconhecimento da legitimidade de conselhos e assembleias populares, como legítimos órgãos de expressão da vontade das maiorias. Posição aparentemente surrealista para os apologistas da ordem burguesa, começar a praticar um tipo de democracia conselhistas é algo perfeitamente assimilável pelas massas. Afinal, propor instâncias de democracia representativa onde não haja remuneração, estruturas particulares de assessorias, com limitação de mandatos, revogabilidade dos mesmos quando for o caso, controle social da produção política etc, é algo que pode se articular com a subjetividade dos “de baixo”, na medida em que estes já experimentaram todas suas ilusões com os mecanismos formais do estado. A construção da dualidade de poder é um processo complexo e longo, Mas deve se iniciar já, para que tenha condições de contribuir na superação dos mecanismos atuais de representação que – há muito – vivenciam seu declínio histórico.

A batalha de idéias em defesa do socialismo

A crise do neoliberalismo em escala global tem colocado na agenda de milhões a luta por uma nova alternativa. Na América Latina os governos Chavez, Evo, Correa têm se apresentado como alternativas reais dos trabalhadores ao neoliberalismo com suas políticas públicas voltadas às massas de trabalhadores e pobres, ao mesmo tempo em que se inauguraram uma política externa de confronto com o Império e de solidariedade com outros povos. Esses governos são, sem dúvida, uma referência importante que merecidamente vem se fortalecendo no imaginário de milhões de pessoas ao redor do mundo. E que tem, de maneira consistente, estabelecido um contraponto ideológico contra o consenso ideológico neoliberal de que não há outra alternativa senão os valores do mercado, do capitalismo.

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

Hoje, passados 16 anos após a queda do Muro de Berlim, quando apressados ideólogos anunciaram o fim do socialismo e a vitória do capitalismo, o ideal socialista continua a ser uma força ideológica aglutinadora, e milhões de pessoas em todo o mundo assumem a sua defesa contra o neoliberalismo e o Império norte-americano. Queremos resgatar os valores e os princípios do socialismo que, por sua própria natureza, só pode ser baseado na mais ampla democracia para a classe trabalhadora, diluindo, ou melhor dizendo, dissolvendo o poder atual nas teias finas da sociedade civil. É essa utopia que devemos construir de maneira consistente, debatendo-a, apresentando-a junto às massas.

A Agenda Social

SAÚDE DO TRABALHADOR

É um assunto que todos os sindicalistas devem pautar como prioridade imediata, pois os grandes problemas nos locais de trabalho são agravados por empresas privadas e até por órgãos públicos que buscam, mesmo à custa da saúde do trabalhador, reduzir seus custos. Infelizmente vemos que em muitos casos as representações dos trabalhadores desprezam esta questão e só dão atenção às questões econômicas imediatas.

O número de acidentes fatais nas principais empresas da indústria, construção civil, transportes são impressionantes, e isso sem contar as doenças profissionais relacionadas ao trabalho como as LER/DORT. É bom destacar que na maioria dos casos

as empresas irresponsáveis não recebem qualquer penalização, devido a uma legislação extremamente branda e até conivente. Temos muito que fazer, participamos através da CUT, federações, sindicatos e outras entidades nos conselhos espalhados pelo País, das conferências municipais, estadual e nacional de saúde do trabalhador(a). Muito foi discutido e aprovado mas como acontece no Brasil, muitas vezes as resoluções não saem do papel ou das gavetas.

Nesse sentido temos que mobilizar e organizar para enfrentarmos os desmandos já citados do grande capital. Temos também que lutar muito para fazer mudar leis e normas que ainda estão atrasadas. Veja por exemplo a lei 2006 Nº 194 sobre nexo epidemiológico e agora esta resolução completa 03 anos de boa intenção e nada de ser implementada efetivamente.

Precisamos urgente fazer uma grande jornada contra as altas programadas do INSS que deixam os acidentados e acometidos por doenças profissionais a mercê da política do INSS, que tenta apenas reduzir os gastos com auxílio-doença, ao invés de investir na melhoria das condições de trabalho.

Os Direitos da Mulher

Em primeiro lugar temos que lutar contra a subestimação do papel estratégico da luta contra a desigualdade de gênero. A opressão de sexo coincide com o surgimento da sociedade de classes. No capitalismo, a incorporação das mulheres à produção foi feita reforçando-se sua condição subordinada, para rebaixar o valor da força de trabalho. Na realidade atual, sob o neoliberalismo, a discriminação, opressão e alienação tomam novas formas e dimensões. A corrente emancipacionista precisa aprofundar o entendimento estratégico que tem a inserção da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade de direitos, na lei e na vida. Durante o desenvolvimento do capital são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação da mulher – apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema. Isto porque, ao impulso do capital para a expansão lucrativa interessa incluir a mulher no mercado de trabalho, mas impondo limitações e desigualdades.

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

Cabe à FENADADOS assumir com toda a firmeza a luta contra esta realidade de discriminação que submete as trabalhadoras da categoria à carga da exploração adicional do menor salário e de menores perspectivas profissionais.

A Agenda Socioambiental

É inquestionável o papel de vanguarda assumido pelo movimento sindical cutista nas lutas socioambientais, desde o seu nascimento até os dias de hoje. O conjunto de propostas relacionadas ao meio ambiente, presentes nas resoluções dos Congressos e Plenárias anteriores constitui um patrimônio de fundamental importância, onde estão firmados os pilares da nossa política socioambiental. Em 2005, a resolução da XI Plenária Nacional da CUT , ratificada no Concut de 2006 ,avançou ainda mais, atualizando a agenda socioambiental para a CUT e estabelecendo com maior clareza um conceito cutista de luta socioambiental coerente com as perspectivas estratégicas e a política da nossa Central.

A agenda 21

A AGENDA 21, é importante instrumento de luta nas mãos dos trabalhadores e das populações nos municípios e estados, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e de preservação ambiental.

A resolução da XI Plenária da CUT assinalou corretamente a importância da Agenda 21 para a formulação de políticas públicas sustentáveis.

Por sua amplitude, a Agenda 21 incide sobre todos os aspectos e setores da vida social, permitindo-nos estabelecer um amplo debate com vários setores sociais sob uma perspectiva holística e não-segmentada, definindo as prioridades desejadas no que se refere aos aspectos sociais, econômicos e ambientais.

A defesa da água como bem público

O escasseamento da água é um fato de suma importância, devido à sua importância vital. E por esse motivo tem sido um dos focos das organizações financeiras multilaterais que vem tentando, de todas as maneiras, descaracterizar a natureza de ‘bem comum’ da água, para transformá-la em uma mercadoria, dificultando o acesso da população e ao mesmo tempo transformando-a em mais uma fonte de lucros para os grandes capitalistas.

As formas e métodos adotados pelo capital nacional estrangeiro para alcançar tal propósito são vários. Vão desde a tentativa de controle, como no caso do Programa do Aquífero Guarany, supervisionado pela OEA e financiado pelo Banco Mundial, até a privatização pura e simples dos serviços de saneamento (água e esgoto), por meio da chamada Parceria Público-Privada (PPP).

A FENADADOS, deve avançar na luta em defesa da água, opondo-se efetivamente a qualquer tentativa de mercantilizá-la, ratificando e reafirmando as posições adotadas durante o Fórum Social Mundial de Caracas, que podem ser sintetizadas na defesa da água como um **Bem Comum** cujo acesso é um direito humano fundamental e inalienável; a Água não é uma mercadoria, e, portanto é preciso combater qualquer tentativa de privatização, sob qualquer forma ou pretexto; garantia de gestão e controle público da Água, com participação da sociedade civil; garantia de uso sustentável da Água; gestão sustentável dos ecossistemas e a preservação do ciclo hidrológico através do ordenamento territorial e a conservação dos ambientes naturais; exclusão da Água das leis do mercado estabelecidas pela OMC, TLC e outros acordos internacionais.

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

Amazônia

Uma política para a Amazônia deve partir do pressuposto de que não existe uma solução puramente ambiental, de caráter preservacionista. Ali estão entrelaçados complexos problemas de ordem econômica e social que exigem uma resposta global, tal como foi estabelecido na XI Plenária da CUT.

O desmatamento das florestas, a invasão da pecuária e das plantações de soja, as queimadas, as ações criminosas das grandes madeireiras, a biopirataria, são problemas cujas soluções devem também incidir sobre os graves problemas sociais que afligem milhões de trabalhadoras e trabalhadores, comunidades tradicionais, povos indígenas e populações ribeirinhas.

É necessária uma resposta que enfrente de forma clara a necessidade de um projeto alternativo de desenvolvimento para a Amazônia, a partir das necessidades sociais, da realidade específica da região e das necessidades das suas populações. Como afirma a resolução da XI Plenária:

Devemos propugnar a aplicação severa da Legislação Ambiental vigente, o fortalecimento do IBAMA, a utilização e aplicação de todos os mecanismos institucionais disponíveis que não são efetivamente acionados e nem utilizados.

Transgênicos: a Luta Continua

A CUT se posicionou claramente contra a introdução irresponsável dos Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) na produção e consumo brasileiro, ao arripio do princípio da precaução. Nisso nos colocamos ombro a ombro com a ampla maioria dos movimentos sociais e ONGs ambientais que se apoiaram a postura adotada pelo Ministério do Meio Ambiente, contra as pressões do agronegócio e das corporações transnacionais, em particular a Monsanto, por sua aprovação.

Consideramos que o modelo de avaliação de risco da nova Lei de Biossegurança, que concentra as decisões sobre transgênicos em uma comissão, sem participação da sociedade civil, é inaceitável, pois cria uma situação de risco para a saúde pública e compromete a nossa segurança alimentar, elemento fundamental para que possamos garantir a nossa soberania nacional.

Por isso propomos:

- A continuidade da luta, com a realização de debates, de campanhas de esclarecimento, envolvendo a Fenadados e os sindicatos, em conjunto com outros movimentos sociais;
- A exigência da rotulagem obrigatória de todos os produtos que contenham OGMs;
- Promover uma ampla campanha contra a Lei de Patentes e por medidas efetivas que coibam e punam severamente a biopirataria.
- lutar por mudanças nos critérios de formação da CTNBio, procurando garantir uma participação mais efetiva dos movimentos sociais e organizações socioambientais.

Protocolo de Quioto

Propomos a ratificação da posição adotada pela XI Plenária da CUT sobre o Protocolo de Quioto:

“A entrada em vigor do Protocolo de Quioto é um acontecimento de grande importância, pois é no fenômeno das mudanças climáticas que se torna mais evidente a ameaça de uma catástrofe planetária. Por outro lado, se o Protocolo de Quioto, apesar de sua enorme importância, não é suficiente para solucionar o grave problema do aquecimento global, a não participação dos EUA no Protocolo é um fator de extrema gravidade, que ameaça a sua própria eficácia.

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

A AÇÃO PREDATÓRIA DO CAPITALISMO CONTRA O MEIO AMBIENTE

O capitalismo, em seus primórdios, vendeu a ilusão de que o progresso da humanidade seria feito a partir da ilimitada expansão industrial, do comércio e do crédito, à base de uma inédita expansão de mercado, da modernização e urbanização. O uso indiscriminado dos recursos naturais era efetivado como se estes fossem inesgotáveis. A manipulação da natureza era realizada como se esta fosse plástica, perfeitamente moldável, para ser submetida aos interesses do capital e reversível nas suas conseqüências. Agora, no início do século XXI bem sabemos que nada disso se confirma.

Se antes, atitudes predatórias em relação à base de recursos se explicavam pela influência dessa ilusão, hoje já há suficiente consciência do fato de que a ação sobre a natureza tem muitos efeitos irreversíveis e que, cada vez menos, deveriam ser objeto de decisão concentrada nos escritórios dos oligopólios e nas repartições das instituições governamentais das grandes potências, e que não pode ser deixada nas mãos dos oligopólios e das grandes potências. O problema é que é impossível, no contexto da feroz competição oligopólica, haver qualquer racionalidade positiva, para o conjunto da humanidade, quando o assunto for a exploração consciente (e, portanto, racional) dos recursos naturais qualquer racionalidade não destrutiva da base de recursos do planeta sem a ação organizada dos movimentos sociais. É premente que esta "agenda" ganhe prioridade nos movimentos dos trabalhadores.

Nestes últimos anos, as lutas socioambientais vem conquistando espaço cada vez maior na sociedade, e tem se tornado um foco de disputa política que atrai um número cada vez maior de pessoas, principalmente jovens. Esse despertar de uma consciência política socioambiental é um fator importante da conjuntura que devemos valorizar e que exige, de nossa parte, uma intervenção cada vez mais ativa. E exige que a dimensão socioambiental assuma um caráter cada vez mais estrutural na política da Federação.

Consideramos que é fundamental a criação de Nacional de uma Secretaria Nacional de Meio Ambiente para que a Federação possa assumir um papel ativo nesta luta que é importante para o próprio futuro da Humanidade

Queremos garantir que intervenção da FENADADOS nas lutas socioambientais ganhe maior solidez, amplitude e capilaridade, tanto no plano externo quanto interno, incorporando definitivamente a agenda socioambiental no conjunto do movimento.

Informática e Soberania Nacional

O Ataque à Informática Pública

O debate sobre T.I. e Informática Pública passa primeiramente pelas mãos daqueles que tocam com ética e desprendimento a tecnologia da informação, que são os seus profissionais. Hoje somos cada vez mais dependentes das informações contidas nos computadores. Praticamente todos, queiram ou não, estamos cada vez mais relacionados, quer como usuários ou agentes diretos da ação na informática e das comunicações. São milhões de computadores interligados em rede mundial, tratando, absorvendo e processando informações para uma sociedade mais exigente nestas novas tecnologias emergentes da revolução informacional. Mas, a Informática pública passa por momentos difíceis: de um lado os interesses privados que desejam o patrimônio público através dos processos de privatizações, de outro o governo federal que promove uma arrocho salarial absurdo nas empresas federais, e ainda, os governos estaduais e municipais que, sob a desculpa de "racionalização" e modernidade, atacam e destroem a estrutura pública de informática, tentando vender a "verdade" de que o

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

moderno é constituir agências que terão apenas o papel de gerenciar contratos com fornecedores que estarão operando a informática pública loteada com contratos danosos ao interesse público, tanto sob o aspecto financeiro, como sob o aspecto dos direitos do cidadão ou sob a questão estratégica do controle da informação. Mas a política de reação daqueles que com coragem se contrapõe a estes interesses, vai defendendo a bandeira da luta e da resistência contra o entreguismo da informática pública ao capital privado.

A desestruturação das telecomunicações públicas por parte do governo FHC agrediu o interesse nacional e o interesse social preconizado nas garantias fundamentais do cidadão. Hoje a luta dos trabalhadores em Informática e Telecomunicações é heróica para preservar, órgãos, instituições e empresas que para a sociedade brasileira são de vital importância.

A FENADADOS deve fortalecer a luta de defesa do uso da informática, como ferramenta pública, atendendo as necessidades da sociedade e garantindo ao cidadão rapidez e ampla qualidade de serviços prestados com mais agilidade e eficácia, com transparência e democracia.

É fundamental que a FENADADOS promova, de imediato, um estudo detalhado de cada um dos processos de destruição das empresas ou órgãos de informática pública e convoque um seminário nacional, para podermos combater e derrotar esta política que lesa o interesse público.

O Software Livre

O compromisso da FENADADOS e dos trabalhadores de informática com o software livre significam compromisso com a propriedade social do conhecimento, com a autonomia tecnológica de nosso País, com o combate à sangria cambial da compra anual de bilhões de dólares em software proprietário, com a redução dos custos com os projetos de informática e que a possibilidade de se criar um grande mercado de trabalho para os profissionais brasileiros.

É imprescindível que o governo avance nos programas de ampliação do uso do software livre nos órgãos estatais e em uma ousada política de combate à exclusão digital, baseada na autonomia tecnológica.

PELO SINDICALISMO DE MASSAS

O sindicalismo Brasileiro deve reverter a tendência burocratizante que o vem transformando numa sucessão de acontecimento de cúpula, e reassumir sua característica original de movimento amplo de massas. Para dentro, urge integrar milhões de trabalhadores na causa de sua autolibertação, e sobretudo expressar de maneira viva suas necessidades globais e aspirações mais sentidas, respeitando o seu nível de consciência e compreensão, revalorizando-se o trabalho cotidiano e paciente de massas, sem quaisquer laivos de iluminismo e sectarismo, como compromisso militante de moral procedimental.

Para fora, é preciso dialogar com as classes e camadas potencialmente constituintes do bloco histórico revolucionário, na perspectiva de alargar e aprofundar mais ainda o processo contra-hegemônico. Portanto, superar o corporativismo significa, não abandonar os interesses populares como sugerem os ideólogos neoliberais, mas abordá-los na condição de ambiente emancipatório possível, incorporar as demandas dos setores não-proletários e, na perspectiva do trabalho, dirigir-se ao conjunto da sociedade civil como intérprete dos seus anseios de liberdade, soberania, progresso e bem-estar. Em suma, e sem abandonar os pleitos econômicos, travar diretamente a luta política, inclusive a mais geral pelo socialismo, que supõe o início do movimento de apropriação social dos meios e do processo produtivo.

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

Sem dúvida, é preciso valorizar o sindicalizado por sua condição mais avançada, mantendo a sua exclusividade na eleição das diretorias sindicais e no voto sobre os assuntos internos da entidade. Mas não há motivo justificável para restringir aos demais trabalhadores o acesso com voto às assembleias que decidem pautas reivindicatórias, forma de luta, eleições para delegado aos congressos cutistas e outros assuntos de interesse do conjunto da categoria. Sem tal método, faltarão o envolvimento como sujeito e a participação eventual dos setores mais atrasados, perdendo-se as melhores chances de compartilhar diálogos e mesmo experiências com segmentos mais avançados.

Todavia, tais preocupações ainda não esgotam os propósitos de um sindicalismo de massas. É preciso ir além preenchendo outra grande carência estratégica: como penetrar e consolidar organizadamente a luta nas empresas. É imprescindível constituir a vontade política de cravar o trabalho de massas na base do movimento, a despeito de adversidades, com autonomia e sem a ninguém pedir licença, nem aos governos, nem aos patrões. Também se faz necessário garantir autonomia e liberdade sindicais como as condições mais favoráveis à realização de tal tarefa.

As organizações nos locais de trabalho devem constituir-se de modo autônomo em relação aos sindicatos e por seu intermédio, os trabalhadores conhecerão melhor as formas e processos produtivos e se integrarão à luta, sempre visando a garantir melhores condições de trabalho, controlar cláusulas respeitantes à chamada “participação nos lucros”, enfrentar tentativas de cooptação, denunciar e combater a exploração capitalista, desmascarar e resistir à farsa neoliberal etc. para conquistar, entre outros espaços e garantias, o fim da discriminação a qualquer atividade sindical, o direito de reunião em locais de trabalho e a estabilidade aos seus participantes.

EM BUSCA DE UM SINDICALISMO TRANSFORMADOR

A neutralidade sindical, além de mera retórica – porque inexitem atividades sociais desprovidas de valores-, têm função prática de inibir a participação política dos trabalhadores e despotencializar os sindicatos como instrumentos de transformação social. Articula-se, pois com ideologias conservadoras. Historicamente, tem implicado a simples aceitação da ordem vigente. Já o aparelhismo – fruto da razão instrumental que vê nas entidades meras correias de transmissão das políticas partidárias – suprime a indispensável autonomia organizativa do movimento sindical frente aos partidos políticos, fortalece os preconceitos antipolítica, facilita o trabalho divisionista da direita e contrai a base social das entidades representativas de massas. Como parte integrante da sociedade civil, os sindicatos devem tomar partido nas grandes disputas que tencionam e repartem a sociedade – a suposta imparcialidade já é uma forma de aceitar e reforçar o status quo. Precisam posicionar-se contra forças da direita, o neoliberalismo, todo tipo de opressão a exploração e a miséria tanto material quanto emocional ou moral, sempre afirmando propostas de conteúdo democrático-popular. Nessa perspectiva, precisam estreitar relações com todos os segmentos que comungam os mesmos princípios, inclusive os partidos políticos da esquerda.

Tal concepção implica recusar duas práticas já tradicionais no sindicalismo brasileiro. Uma, com a desculpa de respeitar os conflitos e diferenças entre os trabalhadores, recusa-se a explicitar claramente programas e opiniões. O seu equívoco reside, não no zelo com a postura de amplitude, mas na diluição e no pragmatismo, rebaixando e mesmo abandonando as reivindicações e formas de luta básicas do movimento a título de falar e agir para o senso comum. O resultado é que não polariza, não apaixona, não mobiliza, não combate. A outra, de corte vanguardista, parece acreditar que os problemas do movimento sindical serão resolvidos

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

fundamentalmente a partir das disputas no âmbito da militância e das direções. Dessa feita, o equívoco reside, não no zelo para com a teoria política e os debates, mas na ilusão de que as idéias, por si só, produzirão movimento para fazer mobilizações de massas.

Rejeitando esse dilema nada construtivo, é preciso reafirmar que o movimento sindical não apenas pode como deve ter posições políticas. E mais, constitui-se num ambiente fundamental para que a ideologia sensível do proletariado – surgida na sua experiência social e nos movimentos externada, em boa parte dos produtores diretos, pelas formas de mal-estar crônico, irrealização humana, inconformidade com as diferenças sociais extremas, desconfiança para com “seus” patrões, sensação de injustiça -, torne-se permanentemente luta política e consciência de classe.

Todavia, tal trânsito apenas se viabilizará por obra dos próprios trabalhadores, nas lutas e demais vivências cotidianas sustentadas em procedimentos amplos e democráticos das assembleias e dos pleitos eleitorais livres, assim como várias outras formas de consultas e decisões.

Estrutura Sindical e Organização da Categoria

O capitalismo opressor atinge de forma cruel os trabalhadores, com desemprego e arrocho salarial e, não bastasse isso, multiplicam-se os ataques brutais aos direitos dos trabalhadores, e a perda causados pelos avanços tecnológicos que reduzem o numero de trabalhadores em todos os setores e achatam o salário real. A liquidação dos direitos sociais, e a divisão e fragmentação das entidades sindicais enfraquece ainda mais a luta dos trabalhadores. Práticas patronais que tentam excluir os sindicatos como meio de organização da sociedade, colocam o movimento sindical em grandes desafios.

A REFORMA SINDICAL

Entendemos que é inaceitável qualquer reforma medida que signifique ataque aos direitos duramente conquistados pelos trabalhadores brasileiros.

Defendemos como reivindicação dos trabalhadores os seguintes pontos :

- **Criação do Comitê Sindical de Empresa**, eleito pelas bases nos locais de trabalho, com estabilidade para todos os seus membros. Historicamente, o movimento sindical brasileiro, com raras e honrosas exceções, é pouco enraizado nas bases. A instituição de comitês sindicais em todas as empresas e nos diferentes setores e ramos da economia nacional tende a provocar uma grande reviravolta neste terreno, contribuindo para fortalecer a luta classista, sacudindo o imobilismo, o burocratismo, o peleguismo e outros vícios do sindicalismo brasileiro. Os trabalhadores devem ficar atentos ao debate sobre o tema, pois a contradição entre capital e trabalho no caso é particularmente exacerbada;

- **organização sindical por ramo de atividade**. A extensão da representação sindical aos ramos de atividade fortalecerá a organização sindical, tende a propiciar fusões e unificações de bases e, conseqüentemente, a ampliação da unidade classista para a luta. A ampliação da representação aos ramos permite que todos os trabalhadores de uma mesma empresa, inclusive os terceirizados, possam ser sócios de um só sindicato. O sindicato por ramo também responde às mudanças objetivas ocorridas no processo produtivo e organizacional das empresas, marcadas pela crescente horizontalidade das unidades produtivas.

- **reconhecimento das Centrais Sindicais** e suas estruturas, concedendo-lhes poder

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

negocial. As centrais representam, por definição, o conjunto da classe trabalhadora e será um avanço que sejam consideradas como as organizações máximas da nova organização sindical, que terá por alicerce o Comitê Sindical de Empresa;

- estabelecimento de **critérios de representatividade** para o reconhecimento de sindicatos, federações, confederações e centrais, coibindo a existência dos chamados sindicatos cartoriais e o tradicional peleguismo, que sobrevivem com poucos sócios e reduzida representatividade na base. Sem dúvidas, tudo isto tende a reforçar a democracia no movimento sindical brasileiro;

- **unicidade** (exclusividade de representação do Sindicato) condicionada à aprovação, em assembléia geral, de um estatuto com regras democráticas para as gestões e as eleições sindicais. A experiência indica que a unicidade sindical prevista na Constituição de 1988 deixou de favorecer a unidade e a democracia no movimento sindical na medida em que não está mais associada a um estatuto democrático, que foi extinto pelos constituintes em nome da liberdade e autonomia sindical. Com isto, diretorias de sindicatos como (por exemplo) a dos condutores de São Paulo instituíram, através de estatutos supostamente "livres e democráticos", mandatos de cinco anos e regras eleitorais autoritárias, que dão ampla e irrestrita margem a fraudes. Ninguém pleiteia a restauração do estatuto padrão, mas condicionar o direito à representação exclusiva das bases à aprovação de regras democráticas, através de assembléia geral da base, constitui um avanço muito relevante e um aperfeiçoamento da unicidade sindical.

- **regulamentação em Lei e proibição das práticas anti-sindicais**, a fim de garantir democracia nas empresas e liberdade aos dirigentes sindicais, aos sindicalizados e todos os trabalhadores da base;

- **obrigatoriedade da Negociação Coletiva**. A medida beneficiará especialmente o funcionalismo público, que até hoje não tem garantia de negociação coletiva.

- **contribuição negocial**: substituição do imposto sindical pela contribuição negocial, que deverá ser compulsória (o que ainda não está resolvido). A mudança favorece a democratização de destinação da contribuição, a mobilização (em detrimento do imobilismo) e a luta dos trabalhadores.

Será fundamental que os trabalhadores permaneçam alertas e participem do processo de luta em defesa da liberdade de organização e ação sindical. Neste sentido, chamamos a atenção para as seguintes questões: definição do ramo de atividade e setor econômico; estatuto democrático; garantias e estabilidade para os dirigentes sindicais e membros dos comitês sindicais de empresa; definição de níveis de negociação."

1) Reafirmamos a nossa convicção da importância da luta pela criação do ramo econômico de "TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO" avançando no contato com as demais categorias incluídas no ramo, pois acreditamos que neste processo, mesmo com poucos avanços representará para todos os trabalhadores envolvidos um real poder de pressão contra aqueles que tem colocado a classe operária em xeque. Retomar os entendimentos com as entidades representativas dos trabalhadores em telecomunicações buscando avançar para a

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

constituição da unidade.

2) As ORGANIZAÇÕES POR LOCAIS DE TRABALHO deverão ser unitárias e representarem a todos os trabalhadores de cada Empresa, inclusive os terceirizados, sejam eles sindicalizados ou não.

3) Para que o movimento sindical seja mais atuante é necessária urgentemente aplicação de uma política correta na formação de novas lideranças. A formação de novos quadros contínua e permanente há de forjar homens e mulheres com capacidade de intervir na luta e compreender a realidade que se vive. A reciclagem de dirigentes também é importante, além de reativar quadros antigos também oxigena a Direção do movimento.

4) É fundamental a participação da FENADADOS constantemente no Congresso Nacional, acompanhando, intervindo, e elaborando projetos voltados aos interesses dos trabalhadores em informática tais como A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO e demais projetos de interesse da categoria.

Ação Sindical

Acreditamos que na atual conjuntura, a Ação Sindical teve seus altos e baixos. No Campo Econômico o arrocho salarial, o desemprego, a precarização do emprego, o aumento da criminalidade, a crise social dos excluídos, o aumento do trabalho informal, criam uma situação extremamente complexa para a atuação sindical.

Propomos que é de vital importância lutar e organizar os Sindicatos nas empresas, estabelecer metas a manter e segurar as liberdades sindicais com o aumento do número de liberados para o movimento, São enormes as dificuldades, mas achamos que com mobilização, conhecimento de causa, serenidade na luta e manutenção de compromissos históricos com os trabalhadores, haveremos de transformar esta sociedade capitalista em uma outra sociedade, socialista, onde não haverá explorados e tampouco exploradores. Colocar como eixo na atuação da FENADADOS a defesa de conquistas históricas da categoria, a defesa intransigente da Informática Pública, a defesa do emprego e o combate contra a super-exploração e violação dos direitos sindicais e sociais.

Que se priorize e estimule a organização dos trabalhadores em informática.

Definir como bandeiras a partir deste XVI Congresso:

1) a luta pela CRIAÇÃO DO RAMO ECONÔMICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO e a REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO dos trabalhadores de Informática.

2) Assumir com vigor a luta pela autonomia tecnológica e por uma política estatal de uso do Software Livre.

3) Desencadear um plano de luta contra o desemprego e a precarização das condições de trabalho nas empresas da categoria.

4) Realizar debates e seminários com o objetivo de envolver a categoria na luta política relativa à Regulamentação da Profissão.

5) Reafirmar a importância do compromisso com a AUTONOMIA do movimento social e sindical como motor fundamental para a construção de um Brasil com liberdade e justiça social.

Plano de Ação e Estatuto

Apresentamos neste XVI CNPPD para debate e aprovação as seguintes ações;

1) É fundamental que as campanhas salariais 2007 tenham como marca a combatividade e o compromisso com a busca de que se inicie aqui um processo de redução das perdas históricas

TESES AO XVI CNPPD – CSC / TM

com a recuperação do salário real.

2) Avançar no processo de aproximação com os trabalhadores de telecomunicações, já que a tecnologia cada vez mais rompe com os limites entre “informática e telecomunicação”.

3) Manter a luta pela previdência pública universal, pelo respeito ao aposentado e ao trabalhador. Desenvolver uma efetiva luta contra as mentiras divulgadas em relação à Previdência e ao pretensão “rombo” financeiro.

4) Que a FENADADOS se empenhe em dar condições ao movimento na retomada da discussão de Gênero e Etnia, levando esta questão para o conjunto da categoria.

5) Que a FENADADOS faça-se presente com visibilidade, em todas as atividades de nossa CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, repassando à categoria as informações decorrente deste engajamento.

6) Viabilizar junto com Sindicatos e OLTs, cursos de formação sindical para capacitar e treinar novos quadros para fazer frente à ofensiva neoliberal.

7) - Prosseguir nos esforços por uma política de Saúde do trabalhador em informática, fundamentado nas diretrizes dos Encontros de Saúde e Coletivo Nacional de Saúde e em concordância com a política do INST/CUT.

8) Viabilizar junto com os Sindicatos uma política para organizar os aposentados na categoria.

9) Definir uma política efetiva para uma Campanha Nacional de Sindicalização, visando fortalecer não só os SINDPPDs de pequeno porte, mas a todos, pois temos ainda um baixo percentual de sindicalização, especialmente nas empresas privadas.

10) Aprovar um código de ética de gestão das entidades representativas dos trabalhadores de informática, destacando a transparência e a divulgação das contas das entidades.

11) O Estatuto da Fenadados terá que ser adequado à realidade, com a criação de uma Secretaria Executiva de Política Institucional de TI e Comunicação, devidamente assessorada, delegando à atual diretoria de informática a execução de projetos matriciais, demandados por esta Secretaria: projeto de regulamentação da profissão da nossa categoria, a luta pela implementação do software-livre nas três esferas governamentais e na sociedade, como fundamental à propriedade social do conhecimento e à autonomia tecnológica, a política de desestatização das empresas de TI em curso em muito Estados e Municípios é importante que haja uma estrutura focando especificamente estas questões.

12) Criação de uma Secretaria Nacional de Meio Ambiente que permita uma ação cada vez maior da entidade na luta em defesa do Meio Ambiente

13) Que a FENADADOS assuma com todo o vigor a luta para que a Dataprev reintegre, de imediato os Ex-trabalhadores tiveram as anistias concedidas, na LEI 8878/94, Anexo II, extinguindo todas as punições impostas a acusados e penalizados.

Assinado:

CSC – Corrente Sindical Classista

TM -- Tendência Marxista